

A SITUAÇÃO REAL DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA E A TENTATIVA DO GOVERNO PARA OS APRESENTAR COMO UM GRUPO DE PRIVILEGIADOS

RESUMO DESTE ESTUDO

Aproveitando-se da falta de informação que existe, o governo e os seus defensores nos média, utilizando muitas vezes a mentira, têm procurado apresentar os trabalhadores da Administração Pública como um grupo de privilegiados. Desta forma, procurando manipular a opinião pública visam virar esta contra os funcionários públicos e assim justificar as medidas que têm tomado.

No fim de 2009, existiam na Administração Central e Local cerca de 642.398 trabalhadores segundo a DGAEP do Ministério das Finanças e da Administração Pública. E 45,3% dos trabalhadores da Função Pública tinham o ensino superior completo (48,7% na Administração Central), 12,9% possuíam o ensino secundário completo ou pós-secundário, e 41,8% (38,5% na Administração Central) tinham o 3º ciclo do ensino básico ou menos. Segundo o INE, no 2º Trimestre de 2010, no sector privado, 68,7% da população empregada portuguesa possuía apenas o 3º ciclo do ensino básico ou menos; 18,7% o ensino secundário; e somente 12,7% tinha o ensino superior. Portanto, o nível médio de escolaridade na Administração Pública era e é muito superior ao do sector privado.

Em 2010, utilizando os dados relativos à execução do Orçamento do Estado de 2010 até Julho, a remuneração média mensal na Administração é de 1.158€ por trabalhador (1.188€ na Administração Pública Central, e 1.030€ na Administração Local). Por outro lado, no sector privado, segundo o Ministério do Trabalho, em Outubro de 2009 a remuneração média mensal era de 918,2 €, e o ganho médio mensal de 1.101,9€. Entrando com efeito de escolaridade, a remuneração média na Administração Pública devia ser superior à do sector privado em 47%. Isto devido à percentagem de trabalhadores com o ensino superior, que naturalmente ganham mais tanto na Administração Pública como no sector privado, ser na Função Pública muito superior ao do sector privado (na Administração Pública mais de 45% têm o ensino superior, enquanto no sector privado é inferior a 12,7%). No entanto a remuneração média na Administração Pública é apenas superior em 26% à do sector privado (comparou-se a remuneração base média mensal no sector privado em Outubro de 2009 – 918,2€ - com a remuneração certa e permanente média na Administração Pública em 2010 : 1.158€). É evidente que isto é só possível porque para iguais qualificações e níveis de ensino as remunerações pagas na Administração Pública são inferiores às do sector privado.

Remunerações na Administração Pública inferiores ao do sector privado para iguais níveis de qualificação foi também confirmado por estudo mandado fazer à empresa de consultoria internacional CAPGEMINI, cujos resultados o governo procurou ocultar por não serem do seu agrado. *De acordo com as conclusões desse estudo, a diferença entre as remunerações médias da Administração Pública e do sector privado, era igual à remuneração média da função pública acrescida nas seguintes percentagens: (1) Grupo técnico : entre +188% e +156%; (2) Grupo Técnico-profissional: entre +75% e +46%; (3) Grupo administrativo: entre +89% e +55%; (4) Grupo de auxiliares : entre +19% e +27%; (5) Grupo de operários : entre +26% e +65%.*

Entre 2000 e 2009, as remunerações nominais dos trabalhadores da Administração Pública aumentaram entre 20,9% (trabalhadores com remunerações superiores a 1024 euros) e 25,1% (trabalhadores com remunerações mensais inferiores a 1024 euros), enquanto a subida média de salários no sector privado atingiu, no mesmo período, 41,98%. Como consequência, no período 2000-2009, as remunerações médias reais na Administração Pública diminuíram entre -3,4% e -6,7%, enquanto no sector privado aumentaram em +9,6%.

Em relação às pensões dos aposentados e reformados da Administração Pública, e segundo o Relatório e Contas da CGA, no fim de 2009, 21,7% do total das pensões de aposentação e reforma não excediam os 500€ por mês; e 51,2% não ultrapassavam os 1000€ mensais. Apenas 3,2% do eram superiores a 3000€ por mês. Entre 2002 e 2010, as pensões dos aposentados e reformados da Administração Pública não registaram, em termos reais, qualquer melhoria; muito pelo contrário até se verificou uma diminuição do seu poder de compra. Assim, entre 2002 e 2009, as pensões mensais de valor até 1024€ sofreram uma redução no seu poder de compra em -0,3%, e nas pensões mensais de valor superior a 1.024€ a redução, em termos reais, foi ainda mais elevada, pois atingiu -6,7%. Por outro lado, e segundo a própria CGA, 21,7% dos aposentados da Administração Pública recebiam uma pensão inferior a 500€, e 51,2% não ultrapassava os 1000 euros mensais.

Com este quadro global, dizer ou insinuar que os trabalhadores da Função Pública são um grupo de privilegiados, como faz o governo e os seus defensores nos media, não será faltar à verdade, e procurar manipular a opinião pública com o objectivo de a virar contra os trabalhadores da Administração Pública? Mas o leitor que responda.

O governo de Sócrates e os seus defensores nos media, utilizando muitas vezes a mentira, procuraram fazer passar junto da opinião pública a mensagem de que os trabalhadores da Função

Pública são um grupo de privilegiados, que auferem vencimentos muito superiores aos dos trabalhadores do sector privado, e que têm muitas mais regalias. Para além disso, vários jornalistas têm-me solicitado dados sobre a Função Pública. Neste estudo, reuniram-se dados sobre a Administração Pública, muitos deles dados oficiais que andavam dispersos, mas que desta forma se tornam facilmente acessíveis, permitindo assim ao leitor tirar as suas próprias conclusões.

A REPARTIÇÃO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA POR PROFISSÕES E POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS

O quadro seguinte foi construído com dados divulgados pela Direcção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) e, embora sejam dados de 2008, permite ficar com uma informação objectiva sobre a estrutura de Pessoal da Administração Pública Portuguesa.

Quadro 1 – Trabalhadores da Administração Pública por profissões

CARGOS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
	2008	% Total	2007	% Total
Dirigente superior	1.369	0,3%		
Dirigente intermédio	4.518	0,9%	2.749	2,3%
Técnico superior	22.621	4,3%	13.561	11,4%
Técnico	3.435	0,7%	1.873	1,6%
Informático	3.216	0,6%	1.288	1,1%
Pessoal investigação	1.474	0,3%		
Pessoal de inspecção	1.358	0,3%		
Magistrado	3.398	0,6%		
Pessoal de justiça	14.137	2,7%		
Diplomata	354	0,1%		
Medico	21.071	4,0%		
Enfermeiro	29.777	5,7%		
Técnico Diagnostico/Terapêutica	6.376	1,2%		
Docentes Ensino Universitário	13.633	2,6%		
Docentes Ensino Superior Técnico	7.942	1,5%		
Educação Infância e documento Ensino básico e secundário	143.536	27,4%		
Administração Tributária	10.619	2,0%		
Forças armadas	37.038	7,1%		
Forças segurança	53.805	10,3%		
Técnico-profissional	11.764	2,2%	9.759	8,2%
Administrativo	49.106	9,4%	14.707	12,4%
Pessoal apoio educativo			3.478	2,9%
Auxiliar	74.491	14,2%	41.922	35,2%
Operário	4.974	1,0%	24.520	20,6%
Bombeiro municipal			2.266	1,9%
Outro pessoal	3.316	0,6%	2.947	2,5%
TOTAL (AC:2008; AL:2007)	523.328	100,0%	119.070	100,0%
Nº Trabalhadores em 2009 (Previsão)	511.097		124.070	

Como mostram os dados do quadro1 cerca de 46,2% dos trabalhadores da Administração Pública estão em profissões que exigem o ensino superior (dirigentes, técnicos superiores, magistrados, diplomatas, médicos, enfermeiros, professores, etc.)

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 45% DOS TRABALHADORES SÃO LICENCIADOS ENQUANTO NO SECTOR PRIVADO É APENAS 12,7%

De acordo com o Boletim nº1 do Observatório do Emprego da DGAEP do Ministério das Finanças e da Administração Pública de Outubro de 2008, em 2005, 45,3% dos trabalhadores da Função Pública tinham o ensino superior completo (48,7% na Administração Central), 12,9% possuíam o ensino secundário completo ou pós-secundário, e 41,8% (38,5% na Administração Central) tinham o 3º ciclo do ensino básico ou menos.

Segundo o INE, no 2º Trimestre de 2010, a população empregada no sector privado em Portugal repartia-se da seguinte forma por níveis de ensino: 68,7% possuíam o 3º ciclo do ensino básico ou menos; 18,7% o ensino secundário; e apenas 12,7% possuíam o ensino superior. E evidente que o nível médio de escolaridade na Administração Pública é muito superior ao do sector privado (no

sector público, o número de trabalhadores com o ensino superior por cada 100 trabalhadores é quase 4 vezes superior ao do sector privado).

OS VENCIMENTOS MÉDIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA IGUAIS QUALIFICAÇÕES, SÃO INFERIORES AOS DO SECTOR PRIVADO

Uma das mentiras mais utilizadas contra os trabalhadores da Administração Pública é que os salários nesta são muito superiores aos do sector privado. Desta forma pretende-se fazer passar a mensagem junto da opinião pública que eles são um grupo de privilegiados. Esta afirmação não resiste à linguagem fria dos próprios números mesmo oficiais.

Tomando como base os valores divulgados pela Direcção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças referentes às “remunerações certas e permanentes” relativas à execução do Orçamento do Estado de 2010 até Julho, e dividindo esses valores pelo número de trabalhadores constantes do quadro 1 conclui-se que remuneração média mensal na Administração é de 1.158€ por trabalhador (1.188€ na Administração Pública Central, e 1.030€ na Administração Local).

De acordo com o Boletim Estatístico de Agosto de 2010 do Ministério do Trabalho, em Outubro de 2010 a remuneração média mensal no sector privado era de 918,2 €, e o ganho médio mensal de 1.101,9€. Admitindo que, em 2010, as remunerações tenham aumentado 1,5%, os valores anteriores passariam para 931,97€ e 1.118,43€, respectivamente.

Entrando com efeito de escolaridade, e utilizando para o calcular os resultados do Inquérito as Despesas das Famílias 2005/2006 realizado pelo INE, a remuneração média na Administração Pública devia ser superior à do sector privado em 47%. Isto devido à percentagem de trabalhadores com o ensino superior, que naturalmente ganham mais tanto na Administração Pública como no sector privado, ser na Função Pública muito superior ao do sector privado (na Administração Pública mais de 45% têm o ensino superior, enquanto no sector privado é inferior a 12,7%). No entanto a remuneração média na Administração Pública é apenas superior em 24,3% à do sector privado de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho (comparou-se a remuneração base mensal no sector privado estimada para 2010 – 931,97€ - com a remuneração certa e permanente média na Administração Pública em 2010 : 1.158€). É evidente que isto é só possível porque, para iguais qualificações e níveis de ensino, as remunerações pagas na Administração Pública são inferiores às do sector privado.

Um estudo mandado fazer pelo governo de Sócrates a uma empresa multinacional de consultoria confirmou precisamente esse facto, tendo o governo ocultado os seus resultados porque não servia os seus objectivos, apesar do custo elevado suportado pelos contribuintes.

Do estudo que publicamos na altura sobre o relatório da empresa CAPGEMIN, com o título “A MENTIRA COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA” transcrevemos a seguinte passagem: “*Em 2006, o governo de Sócrates, contratou a CAPGEMINI, que é uma das maiores empresas do mundo de serviços de consultoria (www.capgemini.com), para fazer um “Estudo Comparativo de Sistemas de Remuneração entre os Sectores Público e Privado. E as conclusões a que esta empresa chegou desagradaram de tal forma o governo que este não divulgou o estudo fazendo-o desaparecer (na Assembleia da República, durante o debate do Orçamento do Estado, em que participamos, solicitamos ao ministro das Finanças que o fornecesse aos deputados, o que ele recusou com a surpreendente justificação de que o governo não estava de acordo com as suas conclusões). De acordo com as conclusões desse estudo, a diferença entre as remunerações médias da Administração Pública e do sector privado, era igual à remuneração média da função pública acrescida nas seguintes percentagens: (1) Grupo técnico : entre +188% e +156%; (2) Grupo Técnico-profissional: entre +75% e +46%; (3) Grupo administrativo: entre +89% e +55%; (4) Grupo de auxiliares : entre + 19% e + 27%; (5) Grupo de operários : entre +26% e + 65%”.*

Os comentários são desnecessários para avaliar a verdade ou, melhor, a mentira utilizada na campanha de desinformação levada a cabo pelo governo e pelos seus defensores nos media para manipular a opinião pública procurando virá-la contra os trabalhadores da Administração Pública.

OS AUMENTOS DE SALÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TÊM SIDO MUITO INFERIORES AOS DO SECTOR PRIVADO

O quadro seguinte foi construído com dados oficiais. Os aumentos das remunerações na Administração Pública são os constantes das Portarias do governo. Os aumentos das remunerações no sector privado são os constantes do Relatório e Conta de 2009 do Banco de Portugal. E o aumento dos preços – Índice de Preços no Consumidor – são os divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística. Portanto todos os dados oficiais disponíveis a qualquer interessado em confirmá-los.

Quadro 2- Aumento médio anual das remunerações nominais na Administração Pública e no Sector Privado, e dos preços entre 2000-2009

ANO	Aumento médio anual das remunerações na Administração Pública	Aumento médio anual das remunerações no Sector Privado segundo o Banco de Portugal (2000/2009)	IPC (Variação dos preços)
2000	2,5%	5,1%	2,9%
2001	3,7%	3,7%	4,4%
2002	2,8%	2,7%	3,6%
2003 (AP: vencimentos até 1008,7€)	1,5%	3,1%	3,3%
2003 (AP: vencimentos > 1008,7€)	0,0%		
2004 (AP: vencimentos até 1024,09€)	2,0%	3,0%	2,4%
2004 (AP: vencimentos > 1024,09€)	0,0%		
2005	2,2%	4,5%	2,3%
2006	1,5%	3,1%	3,1%
2007	1,5%	3,9%	2,5%
2008	2,1%	3,3%	2,6%
2009	2,9%	3,3%	-0,8%
2010(P)	0,0%	1,5% (?)	1,3% (?)
2000 - 2009 (Administração Pública: vencimentos até 1008,7€ e 1024,09€)	+25,1%		+29,5%
2000 - 2009 (Administração Pública: vencimentos superiores a 1008,7€ e 1024,09€)	+20,9%		
2000-2009 - Sector Privado		+41,98%	

FONTE: Portarias do governo; Relatório anual 2009 -Banco de Portugal e INE (preços)

De acordo com os dados oficiais constantes do quadro, entre 2000 e 2009, as remunerações nominais dos trabalhadores da Administração Pública aumentaram entre 20,9% (trabalhadores com remunerações superiores a 1024 euros) e 25,1% (trabalhadores com remunerações mensais inferiores a 1024 euros) , enquanto a subida media de salários no sector privado atingiu, no mesmo período, 41,98% segundo o Banco de Portugal. Como consequência, no período 2000-2009, as remunerações médias reais na Administração Pública diminuíram entre -3,4% e -6,7%, enquanto as do sector privado aumentaram em +9,6%.

Há ainda a acrescentar que as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública estão congeladas há mais de 5 anos. Actualmente, de acordo com a Lei 12-A/2008, mesmo que um trabalhador da Administração Pública obtenha as avaliações que, de acordo com a lei lhe permite mudar de posição remuneratória, ele não muda se não existir dotação orçamental específica com tal fim. E o governo e as chefias têm utilizado tal subterfúgio não inscrevendo qualquer valor com esse fim prolongando desta forma, por tempo indeterminado, o congelamento de facto das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública, embora não exista tal congelamento na lei.

21,7% DOS APOSENTADOS E REFORMADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RECEBEM PENSÕES INFERIORES A 500 € POR MÊS E 51,2% MENOS DE 1000€ POR MÊS

Uma outra mentira utilizada pelo governo é que os trabalhadores da Administração Pública recebem pensões elevadas. O quadro seguinte, que retiramos do Relatório e Contas da Caixa Geral de Aposentações de 2009 revela que isso é também uma grande mentira.

Quadro 3 – Repartição dos aposentados e reformados da Administração Pública por escalões das pensões

	Escalão de pensão (€)	Número	%
Até	227.39 (*)	22 311	5.2
De	227.40 a 250.00	32 538	7.6
De	250.01 a 500.00	38 061	8.9
De	500.01 a 750.00	68 902	16.1
De	750.01 a 1 000.00	57 422	13.4
De	1 000.01 a 1 500.00	75 752	17.6
De	1 500.01 a 2 000.00	37 797	8.8
De	2 000.01 a 2 500.00	48 554	11.3
De	2 500.01 a 3 000.00	33 834	7.9
De	3 000.01 a 4 000.00	9 048	2.1
Superior a	4 000.00	4 533	1.1
		428 752	100.0

(*) Pensões fixadas com base em tempo de serviço inferior a 60 meses, em que o prazo de garantia (5 anos) é cumprido com recurso à totalização de períodos contributivos de outros regimes de protecção social.

Verifica-se, assim, que 21,7% do número total das pensões de aposentação e reforma não excediam os 500 euros mensais, e que 51,2% não ultrapassavam os 1 000 euros mensais. Das restantes, 26,4% tinham valores entre os 1 000 e os 2 000 euros, e 22,4% situavam-se nos escalões superiores.

O quadro seguinte construído também com dados oficiais mostra os aumentos de pensões que tiveram os aposentados e reformados da Administração Pública no período 2002-2009.

Quadro 4- Aumento das pensões dos aposentados e reformados da Administração Pública no período 2002-2009

ANO	Diploma legal Portaria	Aumento anual das pensões	IPC (Aumento preços)
2002	88/2002	2,75%	3,6%
2003	303/2003	1,5% só pensões até 1008,57€, Superiores=0%	3,3%
2004	205/2004	2% pensões até 1024,09€, superiores=0%	2,4%
2005	42-A/2005	2,20%	2,3%
2006	229/2006	Pensões até 1000€:2,5%; Pensões até 3500€:1,5%; Superiores = 0%	3,1%
2007	88-A/2007	Pensões até 1,5 SMN:2,5%; Pensões até 6SMN:1,5%;	2,5%
2008	30-A/2008	Pensões até 1,5IAS:2,4%; Pensões até 3IAS:1,9%; Pensões até 6IAS:1,65%.	2,6%
2009	1553-D/2008	Pensões até 1,5IAS:2,9%; Pensões até 6IAS:2,4%; Pensões até 12IAS:1,5%.	-0,8%
2010	1458/2009	Pensões até 628,83€:1,25%; Pensões até 1500€:1%, Pensões de 1500€/1514€=>1515€	1,4%
Variação percentual entre 2002 e 2010		Pensões até 1024€ 21,85%; Pensões superiores a 1024€(em alguns anos superiores a 1,5IAS):14%	22,26%
VARIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DAS PENSÕES ENTRE 2002 e 2010		Pensões até 1024€(em alguns anos são apenas as inferiores a 628,5€ que têm um aumento mais elevado)	-0,3%
		Pensões superiores a 1024€(em alguns anos são as superiores a 628,5€ que têm já um aumento mais baixo)	-6,7%

Entre 2002 e 2010, as pensões dos aposentados e reformados da Administração Pública não registaram, em termos reais, qualquer melhoria; muito pelo contrário, até registaram uma diminuição do seu poder de compra. Assim, entre 2002 e 2009, as pensões mensais de valor até 1024€ sofreram

uma redução do seu poder de compra em -0,3%, e as pensões mensais de valor superior a 1.024€ a tiveram uma redução, em termos reais, já muito mais elevada pois atingiu -6,7%.

OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESCONTAM PARA A REFORMA E PARA A SAÚDE MAIS DO QUE OS TRABALHADORES DO SECTOR PRIVADO

Os trabalhadores da Administração Pública pagam os mesmos impostos que os do sector privado. No entanto, descontam para a sua aposentação e para a saúde mais do que os do sector privado.

No sector privado, os trabalhadores descontam 11% para a Segurança Social, e não pagam nada para a saúde já que esta é paga com os impostos.

Os trabalhadores da Administração Pública pagam os mesmo impostos que os do sector privado, e ainda têm pagar 11% para a CGA (aposentação) e mais 1,5% para a ADSE (saúde). Portanto, descontam mais 1,5% do seu salário o que corresponde a uma redução da remuneração média de 2010 – 1.158€ - a 17,37€, fazendo-a baixar para 1.140,63€.

Com este quadro definido com base em dados oficiais, dizer ou insinuar, como faz o governo e os seus defensores nos media, que os trabalhadores da Administração Pública são um grupo de privilegiados, para virar a opinião pública contra eles e assim mais facilmente os atacar, não será faltar à verdade ? – É pergunta que deixamos ao leitor para que ele tire as suas próprias conclusões utilizando os dados constantes neste estudo, que são oficiais, e que estão também ao dispor do leitor na Internet.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
16.10.2010